



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva – SEXEC

Ata da 7ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e as decisões tomadas no âmbito da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 22 de novembro de 2012, com início às 14h30 e término às 17h30, na Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que tratou da seguinte pauta: 1) Abertura pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da C,T&I; 2) Plano de Investimento do FNDCT para 2012 - Secretário Executivo do MCTI, Sr. Luiz Antonio Elias; 3) Balanço das ações do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito da Finep - Presidente da FINEP, Sr. Glauco Arbix; 4) Balanço das ações do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do CNPq - Presidente do CNPq, Sr. Glaucius Oliva; 5) Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013 e Proposta de Plano de Investimentos para 2013 - Secretário Executivo do MCTI, Sr. Luiz Antonio Elias; 6) Diretrizes para o Planejamento das Ações para 2013; 7) Definição do Calendário de Reuniões para 2013: Calendário de Reuniões do Conselho Diretor, Calendário de Reuniões dos Comitês Gestores; 8) Outros Assuntos: Plano de Apoio à Inovação Empresarial (MCTI/FINEP/BNDES) e outros parceiros; Proposta de Resolução que visa permitir a aprovação com ressalva de prestação de contas de convênios e termos de cooperação; Apresentação do Projeto de Revisão dos Documentos de Diretrizes dos Fundos Setoriais – metodologia e cronograma tentativo – CGEE; Aprovação da Ata da 6ª Reunião do CD (de 15 de agosto de 2012).

2. Participantes

Membros Titulares e representantes presentes:

Marco Antônio Raupp – Presidente do Conselho e Ministro de Estado da C,T&I;
Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do MCTI
Ana Carolina Machado Arroyo – representante do Segmento das Micro e Pequenas Empresas
Cel. Geraldo Antônio Diniz Branco – representante do MD - substituto
Gianna Cardoso Sagazio – representante do BNDES - substituto
Helena Bonciani Nader – representante do Comunidade Científica
Humberto Rodrigues de Oliveira – representante do Seg. Micro e Pequenas Empresas
Joílson Antônio Cardoso do Nascimento – representante do Trabalhadores da Área de C&T
Jorge Almeida Guimarães – representante do MEC
Manoel Barral Netto – representante do CNPq
Márcio Holland de Brito – representante do MF
Maurício Antônio Lopes – representante da EMBRAPA
Nelson Akio Fujimoro – representante do MDIC
Paulo Mol Júnior – representante do Setor Empresarial
Roberto Vermulm – representante do FINEP
Wanderley de Souza – representante do Comunidade Científica

Convidados:

Ana Lúcia Delgado Assad – Chefe da ASCOF
Elianne Prescott – Coordenadora-Geral da ASCOF
Fernando Ribeiro – Diretor da FINEP

Angelo Fernando Padilha – Presidente da CNEN
Carlos Nobre – Secretário da SEPED
Claudio Valério – CNPq
Mariano Francisco Laplane – Presidente do CGEE
Alvaro Toubes Prata – Secretário da SETEC
Rafael Henrique R. Moreira – SEPIN
João A. de Negri – FINEP
Adalberto Fazzio – SETEC
Jair Rocha Alves – ASCOF/SEXEC
Monique T. P de S. Silva – ASCOF/SEXEC
Elizabeth Saavedra Rivano – ASCOF/SEXEC
Angela M.F Monteiro – ASCOF
Lilian Rose Peters – ASCOF
Ana Gabas – Gabin/MCTI
Rodrigo de Oliveira – ASCOM
Nádia Vieira – FINEP
Marlos Agostini – ASCOF
Fábio Barreto – ASCOF

3. Andamento da Reunião

O presidente do Conselho Diretor do FNDCT abriu a reunião agradecendo a presença de todos e informando que o objetivo da reunião era propor e discutir as diretrizes para o futuro e apresentar um balanço da aplicação dos recursos do FNDCT no exercício de 2012.

Com relação ao planejamento para 2013, informou que as próximas reuniões dos Comitês Gestores terão por objetivo iniciar o processo de elaboração do Plano Anual de Investimento das ações verticais, tendo por base a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI. Com relação ao orçamento, ressaltou que 2011 foi marcado por cortes, mas que 2012, embora também tenham havido cortes, foi possível reduzir seu impacto por meio de uma política agressiva e o aporte de recursos para o crédito para inovação nas empresas. Ressaltou a manifestação de apoio da comunidade científica e empresarial, que sensibilizou o governo e permitiu ampliar os recursos financeiros. Em relação a 2012, apresentou importantes avanços nos chamados Projetos Estruturantes. Citou como exemplos, o crédito para as empresas em parceria do MDIC e BNDES; o Navio Oceanográfico, em parceria com a Marinha, a Petrobrás e a Vale S.A; e outros dois grandes projetos estruturantes que vêm sendo apoiados: i) o Reator Multipropósito/RBM, com o CNEN e o IPEN; e ii) o acelerador de luz síncrotron, de terceira geração - Projeto Sirius - desenvolvido no CNPEM, em Campinas. Destacou a importância do MCTI em não agir setorialmente, mas de forma transversal e em parceria com os demais ministérios, e a atuação do Secretário Executivo como principal negociador junto ao BNDES, a ANP, a Petrobrás e a FAPESP, obtendo garantia de investimentos significativos.

Com relação à subvenção econômica, informou que o conceito foi reformado e dividido em três: 1) Subvenção nacional, normal, com edital aberto, contendo as prioridades do Plano Brasil Maior; 2) Subvenção aliada com crédito, no qual já foram lançados alguns programas, como o Inova Petro; e 3) Subvenção descentralizada, em parceria e repasse de recursos dos estados. Informou que em breve será lançado um novo programa de investimento em inovação pela Presidenta Dilma Rousseff. Com relação a 2013, informou que o cenário acena com perspectivas favoráveis para as políticas de C,T&I no País, inclusive com a decisão da Presidenta da República de aplicar o orçamento do FNDCT em sua totalidade no próximo exercício. Em relação aos temas prioritários, informou que eles estão baseados em consultas a toda comunidade, como a SBPC e a ABC, e às entidades empresariais como a CNI, a ANPEI, a CONSECTI, a CONFAP, ou seja, segmentos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e orientados pelo Plano Brasil Maior e a ENCTI.

O Sr. Elias iniciou sua apresentação informando que a reunião tinha um caráter diferenciado da primeira, na medida em que já está apontando os recursos para 2013, além de indicar as diretrizes que irão orientar os comitês gestores na



reunião de dezembro, para a discussão da aplicação daquele exercício. Acerca dos documentos de diretrizes dos Fundos setoriais, o Sr. Elias esclareceu que está em curso processo de revisão integral de todas as diretrizes dos fundos setoriais. Informou que esse trabalho ficará a cargo do CGEE. Na oportunidade, o Sr. Elias introduz dois assuntos que considerou importantes: 1) a questão dos *royalties* do petróleo, por se tratar de um projeto de lei que deverá ir à sanção da Presidência da República, o qual poderá ser vetado ou sancionado e que retira completamente os recursos do CT-PETRO do FNDCT, representando um corte de cerca de 40% dos recursos do FNDCT; e 2) a questão do Fórum Mundial de Ciência, a ser realizado no próximo ano. Informou que, por determinação do Ministro, 2013 será o ano da ciência no Brasil; nesse sentido, haverá um grande encontro internacional, com a participação de academias internacionais, em novembro de 2013, sob a governança da SBPC, ABC e MCTI.

Em seguida, o Sr. Elias informou que o material contendo detalhes das ações executadas pelo CNPq e pela FINEP foi distribuído aos membros da reunião. Destacou que para 2013, os comitês gestores deverão deliberar as ações verticais conjuntamente com as ações transversais, procurando integrá-las.

Com relação à execução de 2012, informou que cerca de 97% do volume disponível já foram empenhados e aproximadamente 91% dos recursos empenhados foram pagos. Destacou que o conjunto de ações definidas pelos comitês gestores e pelo Conselho Diretor em 2012 deverá ser cumprido até o final de novembro. Informou, ainda, que a meta é empenhar a totalidade até o fim do mês, de forma a não perder a capacidade de investimento no MCTI.

O Sr. Roberto Vermulm, da FINEP, apresentou o número de operações contratadas em 2011 e 2012 pela FINEP com recursos do FNDCT. Ressaltou que o orçamento será totalmente executado. Por fim, apresentou os compromissos que impactam o orçamento de 2013. Tratam-se de compromissos já assumidos, projetos já contratados e operações em andamento. Concluiu, informando que a FINEP está trabalhando no lançamento de novas ações.

O Sr. Manoel Barral Netto, do CNPq, apresentou dados sobre a execução das 27 ações - 5 chamadas e 22 encomendas - que envolveram R\$ 320 milhões, tanto em ações transversais, quanto verticais, operacionalizadas pelo CNPq em 2012. Mostrou a evolução do orçamento executado pelo CNPq no período de 2002 a 2012 e informou que já foram empenhados 73% do orçamento de 2012 e pago cerca de 100% do empenhado.

O Sr. Elias prosseguiu apresentando o orçamento do FNDCT para 2013. Destacou que o montante atinge R\$ 3,404 bilhões, além de R\$ 1,059 bilhão para as Operações de Crédito – FPDTE, conforme quadro abaixo:

Quadro I – Cenário Orçamento FNDCT 2013

Projeto de Lei Orçamentária 2013	3.404
Aplicações pré-definidas*	1.009
INSTRUMENTOS(*) - Programa Inovação para a Competitividade	510
Equalização de juros	308
Participação da União no Capital da FINEP	100
Investimento em Empresas Inovadoras	100
Garantia de Liquidez	1
Subvenção Econômica	369
Outras ações - Fonte 100	23
Ações Transversais - OS	108
Ações específicas dos Fundos Setoriais	2.395
Ações Verticais	1.161
Ações Transversais	1.234
PLOA 2013 - FNDCT	3.404
Operações de Crédito - FPDTE	1.059
TOTAL GERAL FNDCT + FPDTE	4.463

Desse montante, estariam disponíveis para as ações verticais e transversais R\$ 2,395 bilhões. Considerando os compromissos anteriores, ora apresentado, no valor de R\$ 1,092 bilhão, estaria disponível para novas aplicações o montante de R\$ 1,315 bilhão.

Em seguida, apresentou a proposta de Plano de Investimento do FNDCT para 2013:



Quadro III – Proposta de Plano de Investimento – FNDCT 2013

FNDCT	ORÇAMENTO - PLOA 2013	PROPOSTA DE APLICAÇÃO						
		Taxa + Despesa (2%+3%)*	SALDO DISPONÍVEL PARA 2013	Compromissos de Exercícios Anteriores (Base: Finep 08/11/2012 e CNPq em 26/10/2012)			Déficit de compromissos anteriores para ser atendido em 2014	Saldo para novos TR's 2013
				FINEP	CNPq	TOTAL		
	(A)	(B) = (A*5%)	(C) = (A-B)	(D)	(E)	(F) = (D+E)	(G)	(H) = (C-F-G)
CT-AERONÁUTICO	38,98	1,95	37,03	19,44		19,44		17,59
CT-AGRONEGÓCIO	81,26	4,06	77,20	12,48	7,00	19,48		57,71
CT-AMAZÔNIA	16,05	0,80	15,25	5,05	0,36	5,41		9,84
CT-BIOTECNOLOGIA	40,63	2,03	38,59	2,99	0,96	3,95		34,65
CT-ENERGIA	78,55	3,93	74,62	22,50	2,86	25,36		49,26
CT-ESPACIAL	3,42	0,17	3,25	2,60		2,60		0,65
CT-HIDRO	31,29	1,56	29,73	4,98	1,99	6,97		22,75
CT-INFO	35,39	1,77	33,62	0,27	5,83	6,10		27,52
CT-INFRA	404,94	20,25	384,69	517,00		517,00	(132,31)	0,00
CT-MINERAL	8,47	0,42	8,04	0,42	1,61	2,03		6,02
CT-PETRO	175,60	8,78	166,82	19,31	1,80	21,11		145,71
CT-SAÚDE	89,46	4,47	84,98	39,15	8,97	48,12		36,86
CT-TRANSP. AQUAVIÁRIO	25,84	1,29	24,55	4,95	-	4,95		19,60
CT-TRANSPORTE	0,45	0,02	0,43	-	-	-		0,43
VERDE AMARELO	130,25	6,51	123,74	28,55	0,20	28,75		94,99
I- TOTAL - Fundos Setoriais - Ações Verticais	1.160,55	58,03	1.102,53	679,69	31,57	711,26	(132,31)	523,57
II - Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Estratégicas (Ação Transversal)	1.234,21	61,71	1.172,50	241,94	139,23	381,17		791,34
III- SUBTOTAL = (I+II)	2.394,77	119,74	2.275,03	921,63	170,80	1.092,43	(132,31)	1.314,91

Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Elias apresentou as diretrizes para o Planejamento de 2013 para o FNDCT, que deverá buscar interlocução com o Plano Brasil Maior e a Estratégia Nacional de C&T, com estreitamento mais forte entre a Capes, o CNPq e as escolas técnicas e profissionais. Informou que as diretrizes deverão estar em conexão com o marco estratégico já estabelecido, bem como com os programas prioritários. Em relação à Subvenção Econômica, informou que a ideia é lançar, dentro de um pacote maior, três modalidades de subvenção, conforme citado pelo Ministro: 1) Subvenção Nacional 2) Subvenção Descentralizada; 3) Subvenção aliada ao crédito. Finalizou, destacando que sua apresentação buscou dar a posição do Ministério sobre as diretrizes que irão balizar as ações transversais e as ações verticais, articulando-as ao Plano Brasil Maior e à Estratégia Nacional de CT&I.

O Sr. Ministro informou que estas orientações representam negociações com os parceiros e salientou a questão das unidades de Pesquisa do MCTI, que deverão receber apoio visando engajá-los nas políticas de C&T, de forma a atingirem papel diferenciado em relação aos departamentos universitários.

Em seguida, o Prof. Wanderley teceu comentários acerca da base de financiamento de C&T, que está sendo levada por um caminho preocupante, na medida em que a parcela da fonte 100 do FNDCT - fonte tesouro - é praticamente inexistente. Destacou ainda que se está estruturando um arcabouço de financiamento à ciência brasileira com base nos fundos setoriais, o que pode levar a uma situação complicada, caso a Presidenta não vete a lei dos royalties. Destacou que é necessário aumentar a parcela da fonte 100 no FNDCT, bem como o orçamento do CNPq. Externou sua preocupação com o fato de que a base da ciência brasileira, que é responsável por grande parte das publicações, ser apoiada, no Brasil, pelo Edital Universal do CNPq, edital este, que conta com mais de R\$ 100 milhões para projetos de dois anos, e cujo cenário não vem sendo modificado. Sugeriu que se aumente o foco do Universal, que acaba sendo pulverizado e precisa atender os 30 mil grupos de pesquisas distribuídos pelo País, e que sejam ampliados os recursos destinados ao Edital Universal de 2013. Em relação ao CT-INFRA, destacou que se tem feito um grande investimento, em conjunto com o Edital Pró-equipamentos da CAPES, na manutenção da infraestrutura laboratorial. Perguntou à FINEP se existia uma avaliação do impacto do PROINFRA na ciência/nas universidades brasileiras, recomendando que, caso não haja, seja realizado um estudo sobre o assunto. Finalizando, ressaltou a questão do PROINFRA para os 'Novos Campi' considerando que essas unidades estão se transformando em salas de aulas, sem investimentos para atividades científicas e tecnológicas.

O Sr. Elias agradeceu as ponderações e reforçou o fato de que o FNDCT não comporta mais a expansão do sistema, apesar de ser um elemento estrutural, sendo necessário encontrar outros mecanismos, apontando a oportunidade das parcerias. Quanto ao edital Universal, posicionou-se de acordo com os pontos levantados, mas ressaltou que o montante do edital tem crescido, embora não na mesma proporção que a demanda. Informou que não existe uma avaliação completa do CT-Infra, mas que, entretanto, houve uma articulação estrutural do CT-INFRA com o programa pró-equipamentos do MEC, o que permitiu uma ampliação da infraestrutura laboratorial em todo o Brasil, inclusive nos novos *campi*. Informou, também, que foi realizada uma pesquisa sobre os doutores no País, que demonstrou que a concentração até então existente no eixo Rio-São Paulo declinou, apontando um aumento na proporção do eixo nordeste e centro-oeste. Ainda com relação aos novos *campi* enfatizou que de fato ainda precisam ganhar musculatura para atividades de pesquisa.

O Ministro Antônio Raupp concordou com as ponderações do Prof. Wanderley e recomendou o encaminhamento das demandas para os Comitês Gestores.

A Sra. Helena Nader ressaltou que nos últimos 10 anos houve um crescimento da demanda por recursos e que se não fossem os investimentos da Capes, os *Novos Campi* corriam o risco de se tornarem grandes escolas, o que obrigaria seus pesquisadores a migrarem para as sedes das Universidades. Mostrou-se preocupada com a questão do financiamento, reforçando a necessidade de o Brasil se posicionar sobre o processo de qualificação de recursos humanos, questionando, inclusive, se não seria estratégico para o País orientar essa formação, principalmente nos cursos de pós-graduação, para determinadas áreas do conhecimento, tendo em vista que o panorama atual demonstra que se está formando professores, e não cientistas. A Sra. Helena Nader também sugeriu que no processo de seleção de projetos fossem eliminados aqueles que não tivessem mérito científico.

O Sr. Ministro observou que a demanda dos dois representantes do setor acadêmico são no sentido de aumentar os recursos para o Edital Universal e recomendou que a equipe técnica-orçamentária trabalhasse no sentido de ampliar os valores dos editais científicos.

Sra. Ana Cristina da CNI destacou a importância do repasse de recursos para o programa TECNOVA. Solicitou informações sobre o fundo setorial de construção civil, em discussão há alguns anos.

Com relação ao fundo da construção civil, o Sec. Elias informou que ele já foi formatado com o Ministério da Fazenda e que já houve anuência da indústria de construção civil – a Gerdau e o grupo Votorantim sinalizaram positivamente –, mas a ABRAMAT ainda não aprovou. Informou também que o Presidente do Sinduscon declarou publicamente que não haveria nenhum problema, inclusive apoiando a criação de um parque tecnológico da construção civil, em Brasília, o qual já recebeu apoio da Presidenta Dilma. Esclareceu que o valor estimado para a construção do parque é da ordem de R\$ 200 milhões, para o qual seria necessária a criação do fundo. Na oportunidade, solicitou apoio do setor empresarial, notadamente da CNI, para articular com ABRAMAT. Com relação à exigência dos 5%, sugeriu que a FINEP e a Federação da Indústria do Rio de Janeiro discutam o tema de forma a chegar a um denominador comum.

O Sr. Márcio Holland de Brito reafirmou que o setor de construção civil precisa de um programa de inovação tecnológica. Informou que o Ministério da Fazenda tem feito um conjunto de avaliações do setor que indicam a necessidade de definir uma agenda de inovação para o setor. Com relação à política de IPI no setor, informou que já se renovou o IPI de materiais de construção até o fim do próximo ano e que essa medida embora não seja o melhor instrumento, foi utilizada para aquecer a produção industrial do trimestre e que ajudará no alcance dos objetivos pretendidos.

O Sr. Maurício Antônio Lopes manifestou preocupação com o fato de que no Brasil existe pouco esforço no sentido de se antecipar aos futuros possíveis, sendo necessário um preparo antecipado. Citou exemplos da área e reforçou que é preciso pensar nas questões de grande dimensão e complexidade, que não serão resolvidas com projetos muito segmentados. Destacou que é necessário começar a trabalhar uma visão de portfólios, de plataformas. Por fim,



destacou que há um longo caminho a ser trilhado no sentido de se construir uma inteligência estratégica ou inteligência competitiva, para que tenhamos informações consubstanciadas para o processo de tomada de decisão.

Concordando com a necessidade de políticas de longo prazo e a preocupação com questões estratégicas, o Sr. Ministro sugeriu que pelo menos uma reunião do Comitê Gestor seja destinada para essa finalidade e solicitou que o CGEE participe.

O Sr. Paulo Mol ressaltou a importância de existirem metas e indicadores para os projetos estabelecidos no Plano Brasil Maior/PBM e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI. Apontou que tais metas permitiriam mensurar o alcance dos objetivos almejados e que contribuiriam para divulgar os resultados junto ao setor empresarial, estimulando-os. Outro ponto destacado, sob a ótica empresarial, referiu-se à subvenção econômica, instrumento que deveria ser ampliado, pois apresenta alta efetividade e apoio completo das empresas.

Acerca desse ponto, o Sr. Ministro destacou o esforço do MCTI em aumentar os recursos da subvenção, hoje estimado em R\$ 1,2 bilhão para aplicação em dois anos.

O Sr. Barral destacou a importância de se pensar na internacionalização da ciência brasileira, principalmente após o Programa *Ciência Sem Fronteira*. Propôs que se definam programas em grandes eixos, evitando-se a pulverização de temas, e a participação dos fundos setoriais, desde que haja aderência aos seus temas, pois existe forte interesse neste tipo de colaboração. Esclarecendo a questão da Profa. Helena Nader, informou que o CNPq está estruturando uma nova chamada voltada para atender projetos de *Novos Campi*, tanto com bolsas quanto auxílio, que estejam em acordo com a ENCTI.

O Sr. Humberto Rodrigues de Oliveira questionou se é possível estender a áreas da subvenção econômica para setores como o de moda, couro e calçados e moveleiro. Sobre a questão, o Sr. Ministro informou que a ideia da descentralização da subvenção – TECNOVA - é justamente atender a todos os setores, inclusive os de interesse local e regional.

O Sr. Jorge Guimarães ressaltou que seria mais confortável focar a discussão na destinação dos recursos do FNDCT/fundos setoriais. Em relação ao edital Universal, destacou que seria importante que o montante destinado a ele deveria crescer em conformidade com o orçamento do CNPq. Com relação à formação de recursos humanos, destacou que o número de doutores ainda é baixo e que embora já exista massa crítica mínima, ela está longe do ideal, sendo necessárias políticas que induzam a formação de recursos humanos. Pontuou que a cooperação internacional é crucial, não é só com os países vizinhos, mas com todo o mundo, reforçando a importância de atuação do MCTI nessa área.

O Sr. Elias destacou a realização do Fórum Mundial de Ciências, em novembro de 2013 e que a Presidente Dilma determinou que o ano de 2013 será o ano da Ciência no Brasil. Ressaltou que foram programados fóruns regionais, já tendo sido realizados em São Paulo e Belo Horizonte; o terceiro ocorrerá em Amazonas e o outro em Salvador, no mês de dezembro. No próximo ano, os fóruns serão realizados em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e a reunião final, no Rio de Janeiro. O Sr. Elias chamou a atenção para a questão dos royalties do petróleo, principalmente, com relação às possíveis dificuldades do CT-Petro e o impacto no orçamento do FNDCT, da ordem de 45%, significando um corte de R\$ 1,3 bilhão.

O Sr. Jólson sugeriu a formulação de uma nota explicativa do Conselho, solicitando de que os recursos do novo fundo a ser criado, em decorrência da lei dos royalties, também sejam aplicados em C,T&I.

Concluindo, o Sr. Ministro ressaltou que as sugestões dos conselheiros serão acatadas e levadas aos Comitês Gestores e considerou que a proposta de Plano de investimento para 2013 e as diretrizes para os comitês gestores foram aprovados, com as observações sugeridas pelo Conselho.

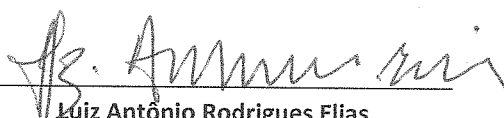
O Sr. Mariano Francisco Laplane informou que o CGEE está responsável pela elaboração e revisão dos documentos de diretrizes dos fundos setoriais, conforme encomenda do MCTI. Esclareceu que, em um primeiro momento, estão sendo



elaborados documentos para fornecer subsídios aos comitês gestores para que possam avançar na revisão/elaboração de suas diretrizes. Destacou que será oferecida para a próxima reunião dos comitês gestores uma nota técnica preliminar que avalia o contexto, faz uma análise da situação de cada um dos setores desde quando as diretrizes iniciais foram elaboradas, e analisa o contexto geral no qual deverão ser elaboradas novas diretrizes, conforme o caso.

Ao final, o Sr. Elias pontuou as seguintes conclusões: 1) reforçou pedido aos secretários do MCTI, que presidem os comitês gestores dos fundos setoriais, bem como os secretários técnicos, que acompanhem a elaboração das notas técnicas que irão subsidiar a revisão/elaboração dos documentos de diretrizes, sugerindo que as minutas deverão ser discutidas primeiramente na coordenação do FNDCT de forma que cheguem à reunião dos comitês gestores de forma mais balizada; 2) Solicitou que todos aqueles que tiverem observações à minuta da ata da reunião anterior que as encaminhem para o e-mail da Ana Lúcia Assad (ana.assad@mct.gov.br); 3) Esclareceu que embora estivesse incluída na pauta da reunião a apreciação da resolução apresentada pela FINEP, referente à prestação de contas de convênio, que a mesma foi retirada de pauta tendo em vista que ainda precisaria ser discutida com o TCU.

Por fim, o Ministro Marco Antônio Raupp agradeceu a presença de todos os presentes, encerrando a Reunião.


Luiz Antônio Rodrigues Elias
Secretário Executivo do MCTI

